

REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

C.N.P.J. nº 44.358.034/0001-28

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31 de março.

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	22	4.826	Circulante			
Aplicações financeiras	6	112.797	–	Empréstimos e financiamentos	9	125.565	–
Demais contas a receber	7	4	9	Juros sobre capital próprio		16.493	16.493
Outros ativos	8	353	655	Impostos e taxas		247	135
Total do ativo circulante		113.176	5.490	Outros valores e obrigações		2	–
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		142.307	16.628
Aplicações financeiras	6	112.797	–	Não circulante			
Outros ativos	8	183	186	Empréstimos e financiamentos	9	100.000	–
Total do ativo não circulante		112.980	186	Total do passivo não circulante		100.000	–
				Total do passivo		242.307	16.628
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		25.404	25.404
				Prejuízos acumulados		(42.098)	(36.356)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		543	–
						(16.151)	(10.952)
						226.156	5.676

Total do ativo226.1565.676Total do passivo e do patrimônio líquido226.1565.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)				
	Capital	Prejuízos		
	Nota	social	acumulados	AFAC
				Total
Em 31 de março de 2023	25.404	(32.368)	–	(6.964)
Prejuízo do exercício	–	–	(3.988)	–
Em 31 de março de 2024	25.404	(36.356)	–	(10.952)
Prejuízo do exercício	–	–	(5.742)	–
Aumento de capital	10 (a)	–	543	543
Em 31 de março de 2025	25.404	(42.098)	543	(16.151)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada em Tarumã, Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação, administração e o gerenciamento em outras empresas. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de abril de 2025: a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis: O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: - O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período. - Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele. - A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação. - e - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento: Acrescentam exigências de mensuração subsequentemente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisitos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Sociedade. **2.1.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes principais das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Sociedade em 20 de junho de 2025. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com

vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração:** A administração avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Sociedade e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são classificados no ativo circulante. **(b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os investimentos, cujo o modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal. **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Sociedade que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.5.3. Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Sociedade aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, com o objetivo de determinar a perda esperada. Um ativo ou grupo de ativos financeiros que está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Sociedade não identificou evidência de *impairment* para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024. **2.5.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **2.6. Demais contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para *impairment*. **2.7. Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **2.8 Impairment de**

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	(19.987)	(20.389)
Outras receitas, líquidas	10	13.956	15.545
Prejuízo operacional antes de participação societária e resultado financeiro		(6.031)	(4.844)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	25.861	863
Despesas financeiras	11	(25.572)	(7)
		289	856
Prejuízo do exercício		(5.742)	(3.988)
Prejuízo do exercício por ação	9 (d)	(0.43)	(0.30)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Prejuízo do exercício	(5.742)	(3.988)	
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	
Total do resultado abrangente do exercício	(5.742)	(3.988)	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. Em março de 2025 e 2024, a Sociedade não tem ágio, ou ativos sujeitos a depreciação, apenas terras registradas no imobilizado, sobre as quais não foi identificado qualquer indicativo de *impairment*. **2.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos tributos correntes. Os tributos sobre a venda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(b) Componentes de financiamento:** A Sociedade não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Sociedade não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **2.13. Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Em 31 de março de 2025 e 2024, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e a administração não operou com os mesmos durante os exercícios mencionados. **(a) Risco de liquidez:** É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **(b) Risco de mercado - risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Sociedade não possuía qualquer contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como não contratou operações de empréstimos e financiamentos. **3.2. Gestão de capital:** O objetivo da Sociedade ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas. A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(5.742)	(3.988)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	25.565	–
Demais contas a receber e outros ativos		312	(111)
Fornecedores e impostos e taxas		–	(8)
		112	2
Caixa líquido gerado (aplicado) nas pelas atividades operacionais		20.247	(4.105)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:			
Aplicações financeiras		(225.594)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(225.594)	–
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	200.000	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 (a)	543	–
Caixa oriundo das atividades de financiamento		200.543	–
Redução de caixa e equivalente de caixa		(4.804)	(4.105)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.826	8.931
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		22	4.826
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

patrimônio líquido, com a dívida líquida. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

4. Instrumentos financeiros por categoria: Ativos	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	22	4.826
Aplicações financeiras	225.594	–
Demais contas a receber	4	9
Outros ativos	536	841
	226.156	5.676

Passivos	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	225.565	–
Outros valores e obrigações	2	–
	225.567	–

5. Caixa e equivalentes de caixa: A Sociedade possui em caixa e depósitos bancários R\$ 22 (2024 - R\$ 4.826) de aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são remuneradas por 90,0% (2024 - 101,0 %) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **6. Aplicações financeiras:** O montante de R\$ 225.594 em 2025 nas demonstrações contábeis é representado por debêntures, remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, as quais são mantidos com a finalidade de atender a outros propósitos que não aos compromissos de caixa de curto prazo da Sociedade e por este motivo, não são classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". **7. Demais contas a receber:** A Sociedade possui em demais contas a receber R\$ 4 (2024 - R\$ 9) de adiantamento a fornecedores diversos referente nota de débito com devedores diversos.

8. Outros ativos:	2025	2024
Impostos federais (IRPJ e IRRF)	353	633
Contribuições federais a compensar - CSLL	–	11
Outros	183	197
	536	841

9. Empréstimos e financiamentos: A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano	2024
K- Giro	CDI	15,57%	225.565
Circulante			(125.565)
Não Circulante			100.000

Os montantes registrados no passivo não circulante têm seu vencimento programado para 2026/27. Segue abaixo demonstração da movimentação da dívida líquida bancária envolvendo empréstimos e financiamentos. **10. Patrimônio líquido: (a) Capital Social:** O capital social totalmente integralizado é representado em 31 de março de 2025 e 2024 por 13.497.703 ações sem valor nominal. Em março de 2025, os sócios efetuaram um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 543, com a intenção de sua integralização no exercício subsequente. **(b) Reserva de lucros: Legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% sobre o lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **A serem destinados:** destinação do saldo das reservas de lucros será definida em assembleia geral ordinária. **(c) Dividendos:** A definição sobre o montante de dividendos a serem distribuídos será determinada em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o estatuto social da Sociedade, os acionistas têm o direito de receber com dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, 6% (seis por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição de reserva legal; e (b) importância destinada à formação da reserva de contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **(d) Prejuízo básico e diluído por ação:** O prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:

	2025	2024
Prejuízo utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	(5.742)	(3.988)
Quantidade média de ações no período (em milhões)	13.498	13.498
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,43)	(0,30)
11. Despesas gerais e administrativas: A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:		
Gerais e administrativas	2025	2024
Aluguéis / arrendamentos	(19.759)	(20.307)
Despesas com processos judiciais	(74)	(39)
Serviços terceiros	(105)	(30)
Despesas com cartório	(35)	(11)
Outros	(14)	(2)
	<u>(19.987)</u>	<u>(20.389)</u>
Outras receitas, líquidas	2025	2024
Receita com subarrendamento	16.703	17.165
Impostos, taxas e contribuições	(2.748)	(1.628)
Outros	1	8
	<u>13.956</u>	<u>15.545</u>
12. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras:	2025	2024
Juros sobre aplicações financeiras	25.804	825
Juros diversos	57	38
	<u>25.861</u>	<u>863</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamento	(25.565)	-
Juros diversos	(1)	(6)
Outros	(6)	(1)
	<u>(25.572)</u>	<u>(7)</u>
Resultado financeiro	289	856